

Consórcio de Curitiba agora quer puxar para si Lulinha e teles

Teve início nesta terça-feira (10/12) a 69ª fase da operação “lava jato”. Estão sendo cumpridos pela Polícia Federal 47 mandados de busca e apreensão expedidos pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

Reprodução



Filho do ex-presidente Lula é alvo de operação de busca e apreensão da PF

Conforme divulgado pelo Ministério Público do Paraná, o propósito da operação é aprofundar as investigações sobre repasses financeiros das empresas do grupo Oi-Telemar para a empresa Gamecorp-Gol, controlada por Fábio Luis da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula, Fernando Bittar, Kalil Bittar e Jonas Suassuna.

O MPF alega que tais pagamentos, feitos entre 2004 e 2016, com valores que somados ultrapassariam R\$ 132 milhões, foram realizados "sem justificativa econômica plausível". Ainda segundo os procuradores, neste período, a tele foi beneficiada por “diversos atos praticados pelo governo federal”.

Duas particularidades chamam atenção nos movimentos do consórcio de procuradores formado a partir da 13ª Vara Criminal de Curitiba. A primeira é fato de todo o aparato midiático que tem caracterizado o trabalho deles ser acionado para uma operação sem mandados de prisão, que busca apenas o "aprofundamento das investigações”.

Outro ponto que merece atenção é a suspeita de que os repasses feitos em um intervalo de 12 anos tenham viabilizado a compra do sítio de Atibaia (SP). A ilação — até que se prove o contrário — veio a público dias depois da decisão do Tribunal Regional Eleitoral da 4ª Região ratificar entendimento diverso do STF e aumentar a condenação do ex-presidente Lula.

O ex-juiz federal e atual governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), mostrou espanto com a atuação da PF e do MPF-PR. “Qual a relação entre Vivo, Oi e Petrobras? É que na Petrobras as pessoas usam telefones? Não há “direito excepcional” que explique essa competência eterna de Curitiba para julgar o presidente Lula e família. Sou a favor de investigações, mas com respeito às leis.”

Um dos fundamentos da operação atual é um e-mail de Lulinha em que ele pede para que todos os



documentos relacionados a um apartamento que ele estava alugando em São Paulo.

"Como eu disse ao Jonas, na semana passada, acho ruim tudo relacionado ao apartamento ficar em meu nome. Não é nada demais, mesmo porque eu atualmente tenho condições de arcar com os custos do mesmo, mas quando as contas começam a chegar em meu nome, em menos de uma semana os porteiros se comunicam, que contam para as empregadas, que contam para os vizinhos, que estudam em frente, que contam para deus e o mundo, ou seja, vai ser um inferno", escreve Lulinha em mensagem divulgada pela força-tarefa.

Pedido de prisão negado

A repercussão da operação desta terça-feira tinha tudo para ser ainda maior. Isso porque a Polícia Federal chegou a pedir a prisão temporária do filho do ex-presidente Lula. Além de Lulinha, Kalil Bittar e Jonas Suassuna, sócios do grupo Gamecorp/Gol e donos do sítio de Atibaia, também tiveram pedidos de prisão pela PF.

A representação foi apresentada em junho de 2018, mas só julgada pela juíza Gabriela Hardt em setembro deste ano. Ela negou os pedidos.

Clique [aqui](#) para ler a decisão de Gabriela Hardt

5024872-64.2018.4.04.7000

Clique [aqui](#) e leia a nota oficial da Oi

Date Created

10/12/2019